REQUERIMENTO DE REDISTRIBUIÇÃO Nº, DE 2025

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Requer a redistribuição do Projeto de Lei nº 10678/2018, para análise de mérito na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR).

Senhor **Presidente**,

Nos termos dos Arts. 139, II, alínea "a" e 32, inciso I, do Interno da Câmara dos Deputados, solicito redistribuição do Projeto de Lei nº 10678/2018, que "Dispõe sobre a consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas e quilombolas necessária para emissão de licença ambiental para atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental", para que seja incluída a Agricultura, Pecuária, Comissão de Abastecimento Desenvolvimento Rural (CAPADR) no das Comissões rol permanentes que devem se manifestar sobre o mérito deste Projeto de Lei.

JUSTIFICATIVA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Projeto de Lei nº 10.678/2018 versa sobre a obrigatoriedade de consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas e quilombolas como condição para a emissão de licenças ambientais relativas a atividades ou empreendimentos potencialmente poluidores ou capazes de causar degradação ambiental.

A referida proposição foi inicialmente despachada para análise pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, e de Constituição, Justiça e de Cidadania, sob apreciação conclusiva.

Ao considerar que, nos termos do Art.32, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) discutir e deliberar sobre política agrícola e sobre sistema nacional de crédito rural, a redistribuição do PL 10678/2018 para apreciação da CAPADR se torna fundamental, para que seja viabilizada uma avaliação aprofundada da proposta e de seus impactos sobre o setor agropecuário.

As exigências estabelecidas no projeto impactam diretamente a regularidade de atividades essenciais à produção de alimentos, ao abastecimento e ao desenvolvimento rural, especialmente em regiões onde há sobreposição de áreas produtivas com territórios tradicionalmente ocupados por comunidades indígenas e quilombolas. Por isso, é fundamental que a CAPADR possa se manifestar sobre o mérito da proposta, contribuindo com a análise técnica e com o equilíbrio entre os direitos das comunidades e a segurança jurídica para o setor agropecuário.

Com efeito, considerando que grande parte desses empreendimentos está diretamente ligada ao setor agropecuário — como atividades de produção agrícola, pecuária extensiva,







CÂMARA DOS DEPUTADOS

infraestrutura rural, construção de barragens, uso de defensivos e ampliação de áreas produtivas —, é evidente a pertinência temática com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Dessa forma, a redistribuição pleiteada se justifica tanto pelo conteúdo da matéria quanto pela necessidade de assegurar uma análise mais ampla e qualificada do mérito da proposição.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO



